

ONLINE | Novas Regras da Contratação Pública - Principais Alterações, Procedimentos e Impacto nas Organizações



DATAS

30 de outubro de 2026

HORÁRIO

09:30 - 12:30

14:00 - 17:00

PREÇO

Associado AEP: **180€**

Outros: **200€**

LOCAL

Online

DURAÇÃO

6 horas

10% desconto grupo a partir de 3 inscrições
não acumula com outros descontos

ENQUADRAMENTO

A publicação do Decreto-Lei n.º 177/2026, de 4 de setembro, introduz uma revisão ampla do Código dos Contratos Públicos, orientada para a simplificação, clarificação e atualização do regime da contratação pública.

As alterações abrangem, entre outras matérias, os princípios gerais da contratação pública, a contratação pública digital e a utilização de sistemas de inteligência artificial, o cálculo do valor estimado dos contratos, os limiares de escolha dos procedimentos, a simplificação documental, novos instrumentos procedimentais, impactando ainda na execução e modificação dos contratos e nos mecanismos de resolução alternativa de litígios.

Esta formação proporciona uma abordagem sistematizada e essencialmente prática ao novo regime, permitindo aos participantes identificar as alterações com maior impacto na preparação, tramitação e execução dos contratos públicos e compreender as adaptações que deverão ser introduzidas nos procedimentos e práticas das organizações.

Será dada especial atenção ao regime de aplicação no tempo, atendendo à **entrada em vigor das alterações em 1 de outubro de 2026** e às regras específicas aplicáveis aos procedimentos em curso e aos contratos em execução.

OBJETIVOS

No final da sessão os formandos deverão capazes de:

- Identificar as principais alterações ao Código dos Contratos Públicos introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2026, de 4 de setembro;
- Determinar o regime aplicável aos procedimentos e contratos em função da respetiva data;
- Aplicar as novas regras relativas ao planeamento da contratação, valor estimado e escolha do procedimento;
- Identificar os novos limiares aplicáveis ao ajuste direto e à consulta prévia;
- Compreender o funcionamento da consulta prévia especial e do regime de flexibilização do concurso público;
- Reconhecer as principais medidas de simplificação documental e procedimental;
- Compreender as condições e limites da utilização de sistemas digitais e de inteligência artificial na contratação pública;
- Aplicar as alterações relativas à análise, exclusão, avaliação e adjudicação das propostas;
- Identificar as principais alterações com impacto na execução e modificação dos contratos;
- Prevenir erros e adaptar procedimentos e documentos internos ao novo quadro legal.

PROGRAMA

1 - A revisão do CCP de 2026: enquadramento e aplicação no tempo

- Entrada em vigor e regime de aplicação no tempo;
- Procedimentos iniciados antes e depois de 1 de outubro de 2026;
- Contratos em execução e matérias de aplicação imediata;
- Novos princípios gerais da contratação pública.

2 - Planeamento, valor estimado e escolha dos procedimentos

Contate a AEP para mais informações:

AEP Formação

Isabel Tróia

Tel: +351 924 128 842* | inscricoes.formacao@aeportugal.pt

<https://www.aeportugal.pt/pt/aep-formacao>

12/10/2026

Pág. 1 de 3

* chamada para a rede móvel nacional

- Identificação prévia das necessidades da entidade adjudicante;
- O novo conceito e cálculo do valor estimado do contrato;
- Regras de agregação e proibição do fracionamento;
- Novos limiares para ajuste direto e consulta prévia;
- Condicionamentos à escolha das entidades a convidar;
- Impacto prático das novas regras na decisão de contratar e nas peças do procedimento.

3 - Simplificação e novas soluções procedimentais

- Simplificação documental e princípio "só uma vez";
- Novo regime de habilitação do adjudicatário;
- Consulta prévia especial;
- Regime de flexibilização do concurso público;
- Iniciativas espontâneas;
- Teste de sistemas e tecnologias de informação;
- Contratação pública digital e utilização de inteligência artificial.

4 - Análise das propostas, adjudicação e qualidade da contratação

- Reorganização dos fundamentos de exclusão das propostas;
- Suprimento de irregularidades formais;
- Preço ou custo anormalmente baixo;
- Critério da proposta mais vantajosa;
- Reforço dos fatores de qualidade;
- Pontuação global mínima e novo fundamento de não adjudicação;
- Sustentabilidade, circularidade e inovação enquanto fatores de avaliação.

5 - Execução dos contratos e resolução de litígios

- Alterações relevantes na execução contratual;
- Modificação objetiva dos contratos;
- Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
- Alterações ao projeto por iniciativa do empreiteiro;
- Trabalhos complementares;
- Arbitragem em matéria pré-contratual e contratual;
- Comissões técnicas de conciliação;
- Impacto das novas regras nos contratos em execução em 1 de outubro de 2026.

METODOLOGIA

Expositiva, participativa e prática, privilegiando a articulação entre o enquadramento jurídico das alterações e a sua aplicação em contexto profissional.

- Exposição e sistematização das principais alterações legislativas;
- Análise comparativa de situações anteriores e posteriores à entrada em vigor do novo regime;
- Resolução de exercícios e casos práticos;
- Análise de exemplos de escolha de procedimentos e elaboração das respetivas peças;
- Discussão de situações relacionadas com a execução e modificação de contratos;
- Debate e esclarecimento de dúvidas dos participantes.

FORMADORES

Esmeralda Nascimento

- Licenciada em Direito (U.Coimbra);
- Pós-graduada em Estudos Europeus
- Advogada
- Formadora nas áreas de direito administrativo e contratação pública.

DESTINATÁRIOS

Dirigentes e profissionais de empresas e outras entidades privadas que participem em procedimentos de contratação pública ou acompanhem a celebração e execução de contratos públicos, ou que tenham responsabilidades nas áreas da:

contratação pública,
compras,
aprovisionamento,
gestão financeira,
empreitadas
e execução de contratos.

Contacte a AEP para mais informações:

AEP Formação

Isabel Tróia

Tel: +351 924 128 842* | inscricoes.formacao@aeportugal.pt

<https://www.aeportugal.pt/pt/aep-formacao>

12/10/2026

Pág. 2 de 3

* chamada para a rede móvel nacional

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

As **CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO** são aplicáveis às modalidades de formação presencial e online. A inscrição pressupõe o conhecimento e aceitação das **Condições Gerais de Participação**, disponíveis em:
<https://aeportugal.pt/pt/condicoes-gerais-de-participacao>

* chamada para a rede móvel nacional